



# *o castelo de abrantes durante a idade moderna.*

GUSTAVO PORTOCARRERO  
CIEBA – FACULDADE DE BELAS-ARTES  
DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

## RESUMO

O estudo do castelo de Abrantes durante a Idade Moderna tem sido dominado por trabalhos que privilegiam uma abordagem exclusivamente militar, embora a diversidade de estruturas existentes no castelo sugira uma história mais complexa. Neste artigo, pretende-se explorar a possibilidade de o castelo ter tido diferentes significados para os agentes humanos que viveram e interagiram com este castelo durante a Idade Moderna.

**Palavras-chave:** castelo; imagem; senhorio; memória; militar.

## ABSTRACT

*The study of the castle of Abrantes during the Modern Era has been dominated by studies that focused exclusively on military issues, although the diversity of structures within the castle suggest a more complex history. In this article, it is intended to explore the possibility that the castle had different meanings for the human agents that lived and interacted with the castle during the Modern Era.*

**Keywords:** castle; image; lordship; memory; military.

## INTRODUÇÃO

De origem medieval, o castelo de Abrantes atravessou a Idade Moderna, tendo conhecido neste período uma série de transformações mas também de continuidades. Ainda hoje é possível ver estruturas medievais como a igreja quatrocentista de Santa Maria do Castelo (com uma origem que remonta pelo menos a 1215), os restos da torre de menagem dionisina e ainda alguns troços de muralha e diversos torreões semi-circulares tardo-medievais. Da Idade Moderna, os vestígios que chamam mais a atenção são os restos do palácio dos Almeidas e os baluartes. Tudo isto sem esquecer, a intervenção mais recente — da DGEMN em 1969–71 —, a qual, à semelhança do que se passou noutros castelos, também levou a cabo importantes destruições de elementos pós-medievais (que só sobrevivem em documentos e imagens antigas) de modo a transmitir uma “pristina” imagem medieval do castelo. Como se pode ver, toda esta multiplicidade de estruturas e intervenções, indica que se está perante um espaço com uma história complexa.

De que forma é analisada toda esta complexidade?

Olhemos para os estudos mais relevantes até agora efectuados sobre a história do castelo durante a Idade Moderna, da autoria de Manuel Morato (2002 [1860]: 162–164, 170–171, 175–192), e de Eduardo Campos (2002a: 14–17). Em ambos os estudos é visível uma visão linear e evolutiva que privilegia o papel militar do castelo. O castelo tem origem nas guerras da Reconquista Cristã e mantém inalterado o papel militar ao longo da Idade Moderna, sendo adaptado ao sistema abaluartado de fortificações de modo a poder resistir à artilharia moderna. No entanto, sem pretender negar a ocorrência de uma história militar no castelo de Abrantes durante a Idade Moderna, parece-me que a exclusividade de tal papel choca com a complexidade de diversos elementos observáveis no castelo. Por que é que várias estruturas medievais sobreviveram até aos nossos dias? Por que é que foi implantado o palácio dos Almeidas no castelo e por que razão foi reformulado no século XVIII? A verdade é que o castelo fazia parte da vivência das populações da Idade Moderna, sendo a multiplicidade de estruturas visíveis (e de outras, entretanto, desaparecidas), o resulta-

do de diferentes formas de viver o espaço que é necessário compreender melhor. Arrumar toda esta complexidade em sequências cronológicas de eventos ou em grupos estilísticos, como tem sido feito, impede a percepção de algo fundamental: a de que estas estruturas coexistiram no castelo, sendo que a análise das relações que se estabeleceram entre elas e dos agentes humanos envolvidos, permite compreender melhor que significados o castelo assumiu ao longo da Idade Moderna.

Nas linhas que se seguem, pretende-se então levar a cabo uma análise mais complexa, procurando introduzir aspectos como memória e imagem dos agentes humanos envolvidos, bem como definir melhor o seu papel militar ao longo deste período. As principais fontes utilizadas são duas das mais antigas plantas de Abrantes datadas de 1731 (fig. 1) e 1817 (fig. 2), fotografias antigas do castelo de Abrantes depositadas no Arquivo Histórico de Abrantes, as estruturas actualmente visíveis, documentação e estudos já realizados e, por último, os primeiros resultados de uma escavação arqueológica em curso no castelo de Abrantes sob a direcção do signatário deste artigo no âmbito do PNTA CASTAB, que tem por objectivo identificar vestígios arqueológicos que ajudem a perceber melhor a evolução da ocupação humana do morro do castelo de Abrantes.

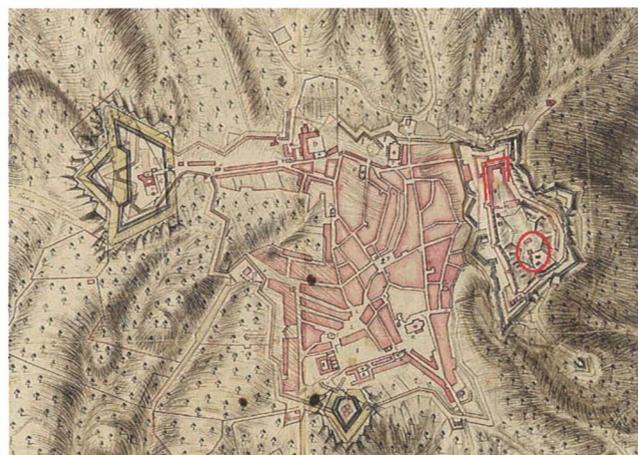


Fig. 1 | Mapa de Abrantes de 1731

As linhas vermelhas indicam as três fachadas do palácio dos Almeidas. O círculo a vermelho indica os 3 paíóis em redor da torre de menagem. | *SID CARTA* 59-1-1-1



Fig. 2 | Mapa de Abrantes de 1817 | O círculo a vermelho indica a caserna e o local da chamada "Porta da Traição". | SIDCARTA 35-1-1-1

### O CASTELO-PALÁCIO DOS ALMEIDAS

Com a formação da dinastia de Avis em 1385, Fernão Álvares de Almeida, um membro da pequena nobreza e um dos fiéis do novo rei, foi recompensado com a vedoria da fazenda real, a participação no Conselho Real, bem como vários bens e privilégios, sobretudo em Abrantes e no seu termo (Almeida 2010: 14). O seu filho e sucessor, D. Diogo de Almeida (pelo menos a partir de 1429), não só viu confirmadas todas estas mercês como ainda obteve no reinado de D. Duarte a alcaidaria do castelo de Abrantes, o senhorio do Sardoal (que naquela altura fazia parte do termo de Abrantes) e ainda outros bens no termo de Abrantes e noutros lugares no Médio Tejo (*ibid.*: 16). Por último o seu sucessor, D. Lopo de Almeida (pelo menos a partir de 1453), obteve o senhorio de Abrantes em 1471, seguido do título de Conde de Abrantes em 1476 e a concessão do senhorio do castelo (*ibid.*: 48, 59, 61). Nota-se assim, não só uma clara progressão social dos Almeidas, mas também uma clara estratégia desta família de consolidação patrimonial em Abrantes.

De acordo com Manuel Morato, foi na sequência da nomeação de D. Diogo de Almeida para alcaide que se iniciou a construção do palácio dos Almeidas em 1432–33 (2002 [1860]: 167, nota xxxix), embora não indique em que fonte

se baseou. De qualquer modo, existem elementos arquitectónicos que indiciam que as obras da construção do palácio se iniciaram ainda no século XV — concretamente, uma porta de perfil gótico (fig. 3) —, as quais se prolongaram até ao início do século XVI — concretamente, uma janela de chanfro de verga recta (fig. 4).



Fig. 3 | Porta de perfil gótico no interior do palácio dos Almeidas. O lintel é posterior.



Fig. 4 | Janela de chanfro do início do século XVI na fachada intermédia  
As janelas rectangulares por cima são do século XVIII.

É conhecida a zona onde inicialmente se implantou o palácio — na zona norte do actual perímetro do castelo — como se pode ver nas imagens mais antigas de Abrantes datáveis de 1731 e 1817 (figs. 1 e 2), tendo três fachadas: uma virada à vila, outra no lado oposto (onde se situa a porta de entrada no castelo) e uma fachada intermédia que une as duas primeiras. O palácio foi profundamente modificado por obras levadas a cabo pelo 1.º Marquês de Abrantes, D. Rodrigo Almeida e Meneses entre 1718 e 1733 (Morato 2002 [1860]: 167), sendo que o aspecto com que o palácio então ficou pode ser visto em fotografias antigas (fig. 5), estando praticamente por fazer uma análise de como seria o palácio inicialmente. No entanto, apesar destas modificações, alguns dos vestígios do palácio quatrocentista podem ser identificados (como a porta e a janela atrás menciona-

dos) mediante uma cuidadosa observação e que permitem perceber melhor as intenções dos Almeidas com a sua construção.



Fig. 5 | Entrada do palácio dos Almeidas  
Arquivo Histórico de Abrantes

Para começar, é importante notar que o palácio não aproveitou as muralhas pré-existentes para servirem de paredes. A janela atrás mencionada que se encontra na fachada intermédia está perfeitamente integrada no aparelho envolvente, o que indica uma contemporaneidade de construção. O contraste é, aliás, óbvio com as restantes janelas de calcário, que resultaram das obras do século XVIII, sendo claramente visível que foram feitas aberturas nas paredes para elas serem colocadas.

Além disso, o cunhal existente entre esta fachada e a fachada da porta de entrada (fig. 6) aproxima-o mais dos cunhais encontrados em edifícios, como se pode ver nos cunhais da igreja de Santa Maria (fig. 7), não se identificando nada semelhante no restante perímetro amuralhado, que apresenta uma forma curvilínea.



Fig. 6 | Cunhal entre as fachadas da porta e a fachada intermédia.  
A janela de chanfro quinhentista é a primeira do lado direito.

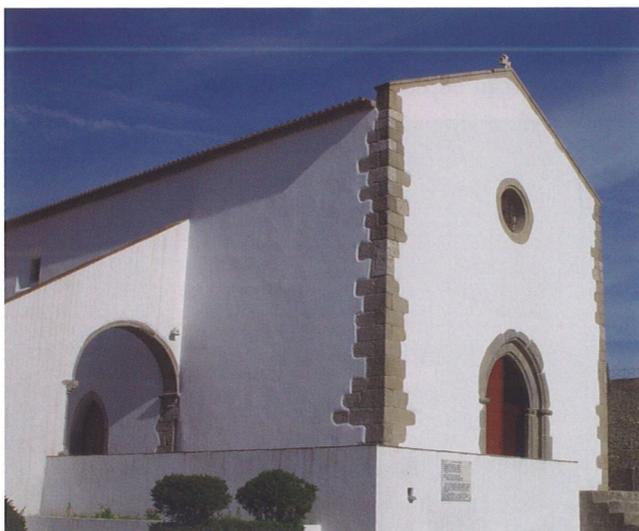


Fig. 7 | Igreja de Santa Maria do Castelo  
Note-se o cunhal e o material dos vãos.

Note-se ainda que os muros que encostam a este cunhal estão perfeitamente articulados com ele, o que indica uma simultaneidade de construção, sendo que se trata, na rea-

lidade, das paredes do palácio dos Almeidas<sup>1</sup>; a janela de chanfro de verga recta atrás referida que se pode ver numa destas paredes (na fachada intermédia), permite datá-los do início do século XVI. Como se pode ver, ocorre nesta altura uma junção entre o palácio e o castelo, havendo uma continuidade entre ambos. Aliás, pode supor-se que as paredes do palácio seriam coroadas de ameias à semelhança do que acontecia com as casas nobres até meados do séc. XVI (Vieira da Silva 2002), pelo que tal reforçaria a ligação com o castelo, dado que as suas muralhas seriam também coroadas por ameias (actualmente inexistentes). O castelo de Abrantes transformou-se, assim, no castelo-palácio dos Almeidas, adquirindo, como tal, uma nova identidade. Os Almeidas, com estas alterações procuraram consolidar a sua posse sobre o castelo e, à semelhança de outras famílias nobres em ascensão que levaram a cabo obras semelhantes (como por exemplo os condes da Feira, os barões de Alvito), aceder “à imagem militar que engrandecia e definia exemplarmente a nobreza” (*ibid.*: 180).

Os Almeidas procuraram reforçar o prestígio do seu palácio recorrendo a uma outra estrutura: a torre. Para a nobreza da época, para além do castelo, a torre também constituía um símbolo de poder militar e de senhorio (*ibid.*: 63, 54), pelo que não surpreende ver que os Almeidas incorporaram na estrutura do seu palácio a torre do castelo que fica entre a fachada virada à vila e a fachada intermédia, tendo nela aberto duas janelas, sendo numa delas ainda visíveis os restos de uma ombreira com chanfro (fig. 8).

Também houve cuidado em fazer os vãos do castelo com materiais caros, nomeadamente xisto micácio e calcário moliano (pode igualmente ver-se estes materiais nos vãos da igreja de Santa Maria do Castelo reconstruída por D. Diogo de Almeida em meados do séc. XV). O primeiro é visível nas duas janelas atrás referidas, o segundo na porta gótica e numa fileira de pedras na base da parede da fachada onde se encontra a porta de acesso ao castelo (fig. 9); é possível que a porta da entrada (substituída no séc. XVIII pela que é actualmente visível), também utilizasse este material e que ele também se encontrasse na base das restantes fachadas (actualmente cobertas por obras dos séculos XVIII e XIX).

<sup>1</sup> Quanto às muralhas medievais do castelo que existiram nesta zona, foram decerto desmontadas aquando da construção do palácio.



Fig. 8 | Vista da fachada virada à vila e da fachada intermédia do castelo  
Entre ambas situa-se a torre que foi incorporada no palácio.  
Ao longo da fachada virada à vila encontra-se a arcada manda construir pelo Marquês de Abrantes no século XVIII. Em primeiro plano, um dos dois baluartes setecentistas que foram construídos junto ao castelo.

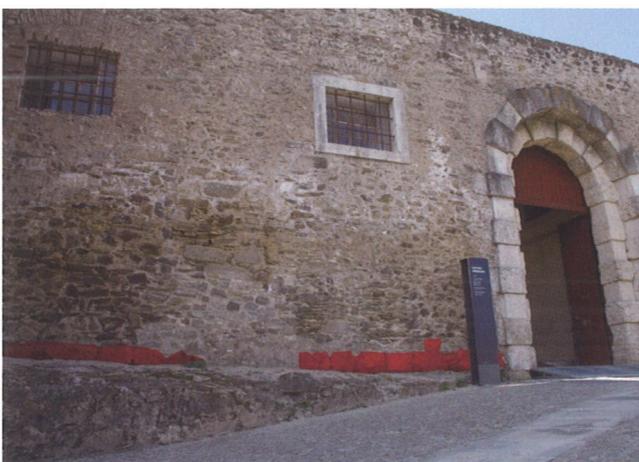


Fig. 9 | Fila de pedras de calcário na base da fachada da porta de entrada

Passemos agora para a análise do enquadramento paisagístico do palácio dos Almeidas. É notório que houve um cuidado da parte dos Almeidas em chamar a atenção com o seu novo palácio, o qual estava encostado à vila de Abrantes, mais precisamente em frente da igreja de S. Vicente, a principal igreja paroquial de Abrantes, e da rua que ligava

a vila ao castelo (fig. 10). Além disso, tanto o xisto micácio, como o calcário moliano atrás referidos são pedras bastante brilhantes, pelo que sua presença atraía também a atenção sobre o palácio. Finalmente, note-se que o cuidado em colocar a porta de acesso ao palácio (e, consequentemente, do castelo) a meio da fachada do lado oposto ao da vila (a anterior porta medieval deveria ficar na fachada em frente à vila, tendo sido decerto tapada), levava a que quem quer que se dirigisse ao interior do castelo teria que passar sucessivamente pelas três fachadas do palácio até chegar à entrada, algo que fazia este parecer ainda maior do que era, prolongando ao máximo o seu impacto visual.

Sabe-se que havia invejas na corte face ao favorecimento dos reis portugueses para com os Almeidas (Almeida 2010: 18). Como tal, percebe-se melhor o forte investimento que houve da parte dos Almeidas nas obras do castelo-palácio, que o aproximavam da frente urbana onde o rei e nobres em visita<sup>2</sup>, bem como a população local (decerto insatisfeita por o senhorio da vila pertencer a um nobre, como se verá na secção seguinte), poderiam vê-lo e sentir toda a retórica que lhe era imanente.



Fig. 10 | Igreja de São Vicente e rua de acesso ao castelo vistos da torre do palácio

2 Até ao início do séc. XVI, Abrantes foi visitada por D. Duarte, o Regente D. Pedro, D. João II (tendo aqui nascido D. Jorge, filho bastardo deste rei) e ainda D. Manuel (tendo aqui nascido dois dos seus filhos, além de ter construído um palácio na vila) (Morato 2002 [1860]: 74, 75, 79-81).

Por último, acrescente-se que toda esta política de prestígio foi reforçada com as mudanças operadas na igreja de Santa Maria do Castelo por D. Diogo de Almeida em meados do séc. XV, a qual foi transformada em panteão dos Almeidas, levando assim a cabo uma sacralização da linhagem, imitando desta maneira algo que começara a generalizar-se entre as famílias nobres a partir do século XIII (vd. Oliveira 2007: 3, 4).

#### CASTELO E MEMÓRIA

O ramo principal dos Almeidas extinguiu-se em 1633 sem herdeiros directos. Em 1645, o rei D. João IV concedeu o condado de Abrantes a um parente dos Almeidas, D. Miguel de Almeida. Conhece-se um conjunto de 3 cartas da Câmara de Abrantes a opor-se a essa decisão e a pedir ao rei para que a vila fosse senhorio do rei e não do conde, algo que constitui uma clara prova da oposição local aos condes (Campos 2002b: 259–264). No entanto, a vontade do rei acabou por prevalecer e o rei escreveu uma carta à Câmara ordenando que fossem entregues as chaves do castelo ao conde (*ibid.*). Este pormenor sobre as chaves do castelo é bastante interessante porque mostra que em meados do século XVII, persistia a memória dos castelos serem vistos como símbolo da autoridade senhorial sobre a vila, algo que, aliás, permite compreender porque é que aquando da construção de uma muralha abaluartada no início do século XVIII em redor de Abrantes, o castelo não foi destruído (fig. 1). O castelo manteve, assim, ao longo da Idade Moderna o seu simbolismo de senhorio, pelo que, a sua posse legitimava a autoridade daqueles que detinham o senhorio de Abrantes.

Este memorial de autoridade do castelo, é particularmente visível quando em 1718 o rei D. João V criou o título de Marquês de Abrantes e concedeu-o a D. Rodrigo Almeida e Meneses, também ele aparentado com os Almeidas. O senhorio da vila, após a morte do anterior conde, tinha voltado para o rei (tal como desejava a população local), também por ausência de herdeiros directos, e agora ele era de novo entregue a um nobre. O Marquês teve o cuidado de se instalar no palácio dos Almeidas de modo a legitimar-

-se através da sua ligação aos velhos senhores de Abrantes, tendo inclusive tido o cuidado de se fazer enterrar no velho panteão dos Almeidas, na igreja de Santa Maria do Castelo. O Marquês levou ainda a cabo uma profunda remodelação do edificado. Embora, boa parte deste palácio tenha sido destruído aquando das Invasões Napoleónicas e pela dgemn, pode notar-se em fotografias antigas (fig. 3) que seguia as convenções arquitectónicas da época, as quais eram dominadas pelo estilo clássico. Tendo em conta que na sociedade senhorial, o aspecto exterior da casa constitui um símbolo da posição, importância e hierarquia da família nobre na sociedade (Elias 1986: 31), a que se devem então estas mudanças? Até ao século XV, o nobre é um guerreiro em estado puro (Saraiva 2007: 17–20); não admira assim encontrarmos uma estrutura como o palácio-castelo dos Almeidas que reflecte uma imagem militar. No entanto, a partir de finais do século XV, é na corte que se começam a elaborar os valores da nobreza, onde para além dos valores tradicionais, também passam a ser importantes outros como a civilidade e as humanidades de raiz clássica (*ibid.*: 121, 122). Ora é exactamente no seio da corte que se inicia a divulgação dos primeiros tratados de arquitectura clássica a partir da década de 1540, tendo, aliás, o rei D. João III tido um papel importante nesse processo (Moreira 1995: 350, 351). Assiste-se a partir de então à adopção deste estilo arquitectónico pela alta nobreza cortesã, sendo de destacar as Quintas da Bacalhoa e das Torres em Azeitão, o Paço da Ribeira em Lisboa, o Palácio dos Duques de Bragança em Vila Viçosa, o Palácio dos Duques de Aveiro também em Azeitão, acabando este estilo por se vulgarizar a partir do século XVIII (Azevedo 1988). A arquitectura clássica passa então a simbolizar a alta nobreza portuguesa, acabando este estilo por ser gradualmente emulado por outros grupos sociais<sup>3</sup>. Ora, o novo Marquês de Abrantes ao reconstruir o palácio dos Almeidas segundo o estilo clássico estava não só a fazê-lo de acordo com a sua auto-imagem de cortesão da alta nobreza, mas também (e talvez sobretudo) para transmitir à população de Abrantes uma imagem de si próprio diferente daquela com que até então eram vistos os ocupantes do castelo: uma imagem mais civil e corte-

<sup>3</sup> Note-se, no entanto, que, conforme as circunstâncias, podia haver também outras motivações para a adopção da arquitectura clássica. Por exemplo: não deixa de ser interessante notar que a adopção pela Coroa portuguesa da arquitectura clássica em meados do século XVI coincide com o apogeu do império português, pelo que se pode também ver aqui uma forma de emulação do imperialismo romano.

sã e menos dura e militar; algo decerto reforçado, com a abertura de grande quantidade de janelas nas paredes do palácio, ajudando assim a passar uma ideia de abertura, de ligação com o exterior. Com estas obras, o Marquês procurou então aliar a memória do espaço com uma imagem de si próprio que esperava que facilitasse a aceitação do seu senhorio a nível local. De qualquer forma, para não deixar dúvidas nos mais renitentes que estava ali para ficar, mandou construir por debaixo da fachada virada para Abrantes, uma gigantesca arcada ainda hoje visível, que se destinava não só a impressionar pela escala, conferindo assim prestígio ao Marquês, mas também a mostrar de uma forma simbólica quão fortes eram as fundações da sua casa.

### O CASTELO MILITAR

Mas o castelo não perdeu por completo o seu papel militar. Se, até meados do séc. XVII, devido a um longo período de paz fronteiriça, este papel praticamente se eclipsou, sendo mais evidentes os aspectos atrás referidos, a partir da Guerra da Restauração (1640–1668), o papel militar do castelo começou gradualmente a tornar-se mais importante. Há nesta altura notícias de reparações nas muralhas do castelo (Campos 2002a: 15), mas vai ser no início do séc. XVIII, aquando da Guerra da Sucessão de Espanha, que irão ocorrer importantes alterações, quando Abrantes foi declarado como chave da província da Estremadura, tendo sido iniciada a construção de um recinto abaluartado em redor da vila (que nunca chegou a ser concluído), tendo sido encostados dois baluartes ao castelo (Morato 2002 [1860]: 162–164), sendo essas obras visíveis no mapa de Abrantes de 1731 (fig. 1). No entanto, note-se que nunca chegou a ser construída uma praça-forte abaluartada em redor do castelo; o engenheiro responsável pelo mapa de 1731 (fig. 1) ainda sugeriu um projecto dessa natureza desenhando-o a linha azul, mas tal não chegou a ser executado. Mesmo os dois baluartes construídos não foram tanto feitos numa lógica de modernização do castelo, mas sim para interceptar com artilharia um ataque inimigo quer pela entrada em Abrantes junto à igreja de Santiago, quer pela Rua da Barca que ligava Abrantes ao rio Tejo, como se pode inferir atra-

vés de uma cuidadosa análise da sua implantação espacial. Mesmo assim, ocorreram algumas intrusões militares no interior do castelo, mais precisamente na sua metade sul, junto à torre de menagem medieval (ou seja, no lado mais afastado do palácio), através da construção de 3 paióis subterrâneos (por razões de segurança) (fig. 1), que ainda hoje aí permanecem, e da abertura de uma porta na muralha<sup>4</sup> (como se pode ver pelo seu “estilo chão”, além de escavações arqueológicas em curso no âmbito do PNTA CASTAB terem revelado que o seu alicerce era coberto por material dessa época) de modo a facilitar um municionamento mais rápido dos baluartes exteriores.

De qualquer forma, apesar destas alterações, dificilmente se pode falar em modernização da fortificação, quando simultaneamente ocorre a reconstrução do palácio dos Almeidas (que ocupa uma parte significativa do perímetro do castelo), sendo inexistentes as defesas junto à sua entrada (a torre que aí se situa foi integrada no palácio), algo que certamente enfraquecia a defesa do castelo em caso de ataque. Passou a caber ao perímetro abaluartado que estava a ser construído em torno de Abrantes, o principal papel militar; o castelo perdeu autonomia do ponto de vista militar, passando a estar integrado numa estrutura mais alargada que abrangia toda a vila, através dos dois baluartes que lhe estavam encostados e servindo como depósito de munições. O castelo permaneceu, no fundo, inalterado, e, apesar do reforço que se verifica do seu papel militar, continuará a desempenhar simultaneamente um importante papel como memorial de autoridade senhorial.

Mas será a partir de finais do século XVIII que o papel militar do castelo, até então em equilíbrio com outros paéis, se tornará dominante. Foi em 1798 que o governo decidiu instalar em Abrantes 3500 soldados da Legião Portuguesa, tendo a Câmara deliberado que parte dos moradores deveria disponibilizar as suas casas para tal (Morato 2002 [1860]: 175, 176). A reacção da população contra tal decisão foi rápida e a Câmara optou então por instalar os militares no castelo, tendo pedido ao Marquês de Abrantes (e este acedido) que disponibilizasse o seu palácio para acomodar parte da tropa, tendo construído um quartel (demolido pela

4 Actualmente conhecido pela incorrecta designação de “Porta da Traição”.

DGEMN) ao longo das muralhas viradas à vila (fig. 11) para os restantes soldados (*ibid.*: 176–178). Já sem a presença dos marqueses, o castelo seria ainda mais alterado a partir de 1809, quando ocorreram importantes obras de fortificação (Campos 2002a: 16, 17). A sua importância como depósito de abastecimentos militares aumentou com a construção de mais um paiol junto à torre de menagem (demolido no século XX) e de uma caserna, também com munições, junto à chamada “Porta da Traição” e cujas ruínas são ainda visíveis (SIDCARTA 149 I–1–1–1, 149 II–1–1–1) (figs. 2 e 12). As velhas muralhas medievais nos lados virados à vila e ao rio são adaptadas a cortinas escarpadas (fig. 13), tendo sido instaladas várias canhoneiras nos seus parapeitos e o terreno no interior do castelo foi terraplanado de modo a servir simultaneamente, de reforço das muralhas contra ataques de artilharia, assentamento das peças de artilharia e praça-de-armas. Foi ainda colocado um alambor na base das da maior parte das restantes muralhas. É possível que esta profunda remodelação se relacione com o facto de as muralhas em redor de Abrantes não estarem concluídas, pelo que, o castelo, devido ao seu importante papel como depósito de abastecimentos militares, tenha sido reforçado nos lados onde era mais provável um ataque inimigo.

Com a Revolução Liberal de 1820 e o fim dos senhorios, o castelo transforma-se na sua totalidade num espaço militar, mantendo-se aí um quartel até ser transferido para Vale de Roubam, onde o novo quartel foi criado de raiz, já em meados do século XX.



Fig. 11 | Fotografia do quartel construído para a Legião Portuguesa em 1798  
Arquivo Histórico de Abrantes

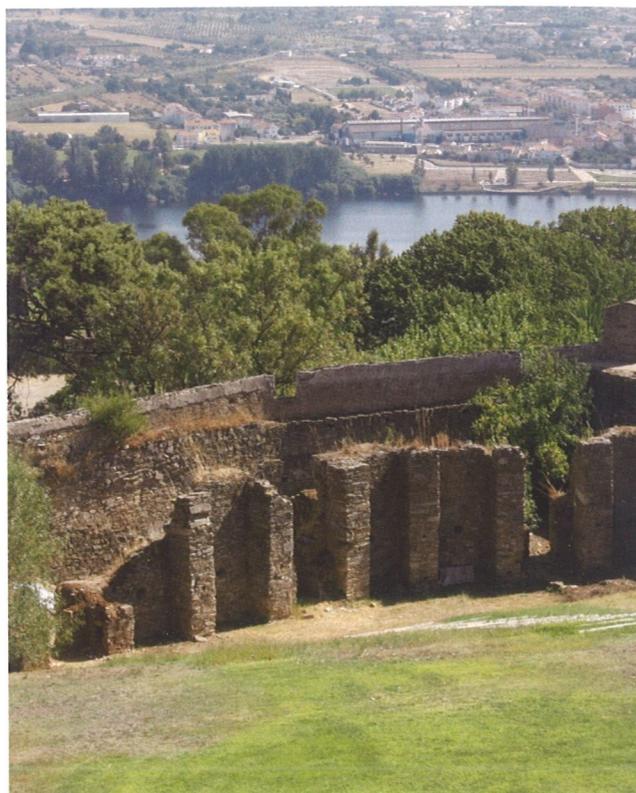


Fig. 12 | Caserna do início do século XIX



Fig. 13 | Cortina escarpada com canhoneiras nos parapeitos do início do século XIX

## CONCLUSÃO

Neste artigo, foram identificados três diferentes significados que o castelo assumiu durante a Idade Moderna:

- 1 Foi adaptado a residência senhorial nos séculos XV e XVI de uma dinastia em ascensão — os Almeidas — que procuraram, com a posse do castelo, transmitir uma imagem militar que engrandecia e definia exemplarmente a sua nobreza.
- 2 O castelo, ao longo da Idade Moderna, constituiu um memorial de autoridade senhorial sobre a vila de Abrantes, o que explica a instalação dos marqueses de Abrantes neste local no século XVIII, bem como o facto de o castelo não ter sido destruído aquando da construção de uma muralha abaluartada em Abrantes também nesse século.
- 3 O castelo só passou a ter um papel militar mais relevante a partir do século XVIII, embora coexistindo com outros papéis; somente nas circunstâncias políticas do início do século XIX o castelo passou a ter um papel exclusivamente militar.

Como se pode ver, a sua história é bastante mais complexa do que as análises até agora efectuadas davam a entender, as quais indicavam um uso exclusivamente militar para o castelo. Por último, note-se ainda que novas análises e a identificação de novos dados podem vir de futuro a revelar outras vivências relacionadas com o castelo de Abrantes durante a Idade Moderna.

## BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, ANDREIA DE (2010) — *D. Lopo de Almeida*, Abrantes: Câmara Municipal de Abrantes.

AZEVEDO, CARLOS DE (1988) — *Solares Portugueses*, Mem Martins: Livros Horizonte.

CAMPOS, EDUARDO (2002A) — “Nota sobre o castelo de Abrantes” in MANUEL MORATO, *Memória Histórica da Notável Vila de Abrantes*, Abrantes: Câmara Municipal de Abrantes, pp. 14–17.

CAMPOS, EDUARDO (2002B) — “Nota sobre o castelo de Abrantes” in MANUEL MORATO, *Memória Histórica da Notável Vila de Abrantes*, Abrantes: Câmara Municipal de Abrantes, pp. 259–264.

ELIAS, NORBERT (1987) — *A sociedade de Corte*, Lisboa: Editorial Estampa.

MORATO, MANUEL (2002 [1860]) — *Memória Histórica da Notável Vila de Abrantes*, Abrantes: Câmara Municipal de Abrantes.

MOREIRA, RAFAEL (1995) — “Arquitectura: Renascimento e Classicismo” in PAULO PEREIRA, *História da Arte Portuguesa*, VOL. II, Círculo de Leitores, pp. 303–375.

OLIVEIRA, ANTÓNIO RESENDE DE (2007) — “A Cultura da Nobreza. Balanços e perspectivas” in *Medievalista* online, 3, pp. 1–9.

SARAIVA, ANTÓNIO JOSÉ (2007) — *A Cultura em Portugal*, vol. 1, Lisboa: Gradiva.

SIDCARTA 35-1-1-1, 59-1-1-1, 149 I-1-1-1, 149 II-1-1-1.

VIEIRA DA SILVA, JOSÉ CUSTÓDIO (2002) — *Paços Medievais Portugueses*, Lisboa: IPPAR.